



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 130,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impressanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

### SUMÁRIO

#### Presidente da República

**Decreto Presidencial n.º 216/16:**

Cria o Comité de Horários e aprova o Regulamento sobre os Procedimentos Aplicáveis à Atribuição de Faixas Horárias para as Operações Regulares das Companhias Aéreas que Operam nos Aeroportos e Aeródromos do País. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

#### Vice-Presidente da República

**Despacho n.º 3/16:**

Nomeia Agostinho Pedro António para o cargo de Assessor para os Assuntos Sociais do Vice-Presidente da República.

#### Ministério do Ambiente

**Decreto Executivo n.º 433/16:**

Publica para efeitos de validação o Certificado da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES).

#### Ministérios do Interior e da Justiça e dos Direitos Humanos

**Despacho Conjunto n.º 489/16:**

Concede a nacionalidade angolana por naturalização a Emmanuel Luís Duarte dos Santos, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade cabo-verdiana.

#### Ministério do Interior

**Despacho n.º 490/16:**

Determina a cessação do estatuto de refugiado de Abdulahi Mokatar, a concessão da autorização de residência e que se proceda à comunicação ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados em Angola.

#### Ministério das Finanças

**Despacho n.º 491/16:**

Subdelega plenos poderes a Sílvia Franco Burity, Director Nacional do Património do Estado, para representar este Ministério na outorga do Contrato de Serviços de Apoio Jurídico, com o Escritório de advogados, Teodoro Bastos de Almeida & Associados, sito em Luanda.

**Despacho n.º 492/16:**

Subdelega plenos poderes a Sílvia Franco Burity, Director Nacional do Património do Estado, para outorgar em representação deste Ministério, o Auto de Afectação do 4.º andar do edifício, sito na Rua Cerqueira Lukoki n.º 25, ao Ministério da Indústria.

### Ministério do Comércio

**Despacho n.º 493/16:**

Actualiza a Comissão de Gestão do Mercado Abastecedor do Benfica, coordenada por Ângelo Fernando Machado. — Revoga todas as disposições que contrariam o disposto no presente Despacho.

### PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decreto Presidencial n.º 216/16  
de 26 de Outubro**

Considerando que, nos termos dos artigos 45.º e 48.º da Lei n.º 1/08, de 16 de Janeiro, da Aviação Civil, o exercício da actividade de transporte aéreo regular, quer doméstico, quer internacional, requer um programa e horários pré-estabelecidos, cabendo à Autoridade Aeronáutica estabelecer as normas para a atribuição de faixas horárias para as companhias aéreas que operam nos distintos aeroportos do País;

Considerando a necessidade de se criar um Comité de Horários para coordenar a atribuição de faixas horárias e de estabelecer as normas para o efeito;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea l) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º da Constituição da República de Angola, conjugado com as disposições combinadas do artigo 157.º da Lei n.º 1/08, de 16 de Janeiro, o seguinte:

**ARTIGO 1.º****(Criação e aprovação)**

É criado o Comité de Horários e aprovado o Regulamento sobre os Procedimentos Aplicáveis à Atribuição de Faixas Horárias para as Operações Regulares das Companhias Aéreas que Operam nos Aeroportos e Aeródromos do País, anexo ao Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º****(Revogação)**

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

# MINISTÉRIO DO AMBIENTE

## Decreto Executivo n.º 433/16 de 26 de Outubro

Reconhecendo que Angola ratificou a Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES), através da Resolução n.º 1/07, de 14 de Fevereiro;

Considerando que Angola ao aderir a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES) impõe-se dar continuidade à regulamentação do comércio de espécies através de modelos de certificados actuais e válidos, conforme os Anexos I, II e III da referida Convenção;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

### ARTIGO 1.º (Aprovação)

É publicado para efeito de validação o Certificado CITES, anexo ao presente Decreto Executivo do qual é parte integrante.


### ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação ou aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho da Ministra do Ambiente.

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 19 de Outubro de 2016.

A Ministra, *Maria de Fátima Monteiro Jardim*.

 <b>Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens</b>				<b>AUTORIZAÇÃO/CERTIFICADO No.</b> <input type="checkbox"/> EXPORT <input type="checkbox"/> RE-EXPORT <input type="checkbox"/> IMPORT <input type="checkbox"/> OUTROS:		<b>Original</b>  2. Válido até	
3. Importador (nome e endereço)				4. Exportador /re-exportador (nome, endereço e País)			
3a. País de importação				Assinatura do requerente			
5. Condições especiais Se para os animais vivos, esta licença ou certificado só é válido se as condições de transporte respeitarem a regulamentação da IATA sobre animais vivos; se referem às plantas vivas, com regulamentos de carga, da IATA perecíveis; ou, no caso de transporte não aéreo, com as directrizes para o transporte de animais vivos e plantas selvagens CITES				6. Nome, endereço, selo nacional / carimbo e país de autoridade Administrativa			
5a. O propósito da operação (Ver o verso)		5b. Selo de segurança n.º		10. Apêndice n.º e fonte (Veja o verso)		11. Quantidade (incluindo unidade)	
7./8. Nome científico (género e espécie) e o nome comum de animal ou planta		9. Descrição dos espécimes, incluindo marcas de identificação ou números (idade / sexo, se vivo)				11a. Total exportado / Quota	
A	7/8.		9.	10.	11.	11a.	
	12. País de Origem*	Licença n.º	Data	12a. Último País de reexportação	Certificado n.º	Data	12b. No. De operações ou data de aquisição
B	7/8.		9.	10.	11.	11a.	
	12. País de Origem*	Certificado n.º	Data	12a. Último País de reexportação	Certificado n.º	Data	12b. No. De operações ou data de aquisição
C	7/8.		9.	10.	11.	11a.	
	12. País de Origem*	Certificado n.º	Data	12a. Último País de reexportação	Certificado n.º	Data	12b. No. De operações ou data de aquisição****
D	7/8.		9.	10.	11.	11a.	
	12. País de Origem*	Certificado n.º	Data	12a. Último País de reexportação	Certificado n.º	Data	12b. No. De operações ou data de aquisição
* País onde os espécimes foram retirados do seu meio natural, criado em cativeiro ou reproduzido artificialmente (apenas em caso de re-exportação) ** Apenas para os espécimes de espécies do Apêndice - I, criados em cativeiro ou reproduzidos artificialmente para fins comerciais *** Para pré Convenção - espécimes							
13. Esta autorização / certificado é emitido por:							
Lugar		Data		Selo de segurança, assinatura e selo oficial			
14. Endosso de exportação: 15. Número do conhecimento aéreo /:							
Bloco	Quantidade						
A							
B							
C							
D							
Porto de Exportação		Data		Assinatura		Carimbo oficial e título	

AUTORIZAÇÃO/CERTIFICADO CITES No.

**FORMULÁRIO DOS EXEMPLARES DE ASSINATURAS CITES EM ANGOLA****Pessoas autorizadas para assinar os Certificados e Licenças da CITES**

Pais	ANGOLA
Autoridade Administrativa	MINISTÉRIO DO AMBIENTE
Endereço Completo	Avenida de Portugal, Rua dos Enganos, Edifício Zimbo Tower, Ingombota, Luanda-Angola
Cidade e Code Postal	Luanda
Telefone	
Fax	
Email	
Nome de Pessoa de Contacto (Opcional)	

Names e assinaturas (três exemplares para cada pessoa) de pessoas autorizadas para assinar os Certificados e Licenças da CITES em Angola.

Nome	Assinatura (1)	Assinatura (2)	Assinatura (3)

As assinaturas são de pessoas indicadas pela Autoridade Administrativa.  
Deve estar em anexo a este formulário o Certificado da CITES validado por Angola.

A Ministra, *Maria de Fátima Monteiro Jardim*.

---

## **MINISTÉRIOS DO INTERIOR E DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**

### **Despacho Conjunto n.º 489/16 de 26 de Outubro**

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto no artigo 1.º do Despacho Presidencial n.º 67/12, de 22 de Maio, os Ministros do Interior e da Justiça e dos Direitos Humanos determinam:

Considerando terem sido observados todos os requisitos referentes à legalidade da instrução dos processos de aquisição da nacionalidade, constantes do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 1/05, de 1 de Julho — Lei da Nacionalidade;

É concedida a nacionalidade angolana, por naturalização, a Emmanuel Luis Duarte dos Santos, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 25 de Dezembro de 1952, o qual só poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 1/05, de 1 de Julho.

Publique-se.

Luanda, aos 22 de Setembro de 2016.

O Ministro do Interior, *Ángelo de Barros Veiga Tavares*.

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, *Rui Jorge Carneiro Mangueira*.

---

## **MINISTÉRIO DO INTERIOR**

### **Despacho n.º 490/16 de 26 de Outubro**

Tendo corrido trâmites no Serviço de Migração e Estrangeiros, um processo de cessação do estatuto de refugiado, em que é requerente o cidadão Abdulahi Mokatar, de nacionalidade Saharawi e Maliana, nascido aos 5 de Junho de 1979, natural de Loyon/Kayes, filho de Abdulahi e de Aminata, titular do Cartão de Refugiado n.º 2315/L/2010 e do Passaporte n.º B1094706, emitido pelo Governo da República do Mali, aos 25 de Agosto de 2016;

Abonando-me na factualidade que se considerou adquirida no referido processo, designadamente no facto de, enquanto refugiado em Angola, ter adquirido a nacionalidade maliana, de cujo Estado beneficia de protecção actualmente;

Atendendo a que com a subsunção do referido facto na previsão da alínea d) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 10/15, de 17 de Junho, sobre o Direito de Asilo e o Estatuto do Refugiado, se extinguiram automaticamente as razões que determinaram o seu reconhecimento como refugiado em Angola;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas do artigo 50.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 51.º, ambos da Lei n.º 10/15, de 17 de Junho, determino: